

CARTA COMUM

DAS ASSOCIAÇÕES CÍVICAS PROMOTORAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Considerando que a sinistralidade rodoviária, ou a sua ausência, constitui dos mais importantes factores indicativos do progresso civilizacional de um país;

Considerando que, neste domínio, Portugal se encontra, lamentavelmente, no topo das estatísticas internacionais relativas ao número de acidentes, feridos e mortes ocorridos nas estradas;

Considerando que em Portugal se verifica uma anormal e desmesurada atitude colectiva de agressividade e falta de civismo constantes ao volante, à qual corresponde uma desmesurada sinistralidade e uma anormal impunidade;

Considerando o enorme sofrimento e a imensa dor humana que sobre milhares e milhares de famílias se tem anualmente abatido;

Considerando o desmedido prejuízo humano que Portugal tem vindo a sofrer com a perda e estropiamento de crianças e jovens, de tantas e tantas vidas que tanto poderiam ter dado ao seu país e, ainda, o elevado número de jovens que ao ficarem deficientes, enfrentam a marginalização, num País que não tem estruturas de reabilitação e integração social;

Considerando que a educação, formação e licenciamento dos automobilistas em Portugal não tem evoluído no sentido de implementar nas gerações mais novas formas e comportamentos de condução prudentes, seguros e civilizados;

Considerando que ao nível da fiscalização dos comportamentos rodoviários se tem verificado uma considerável desproporção de meios humanos e materiais relativamente à quantidade e diversidade das infracções graves que persistem nas estradas e vias urbanas portuguesas, prevalecendo a fiscalização mais rentável;

Considerando que na projecção, construção, sinalização e conservação de vias rodoviárias a segurança tem sido dos factores mais descurados e onde, não raras vezes, mais se reduzem custos, reinando também aqui a irresponsabilidade e a impunidade;

Considerando o flagrante atraso, quando não ausência, de obras de correcção e beneficiação de vias rodoviárias, cujos aumentos de fluxos de tráfego as têm transformado em autênticas estradas da morte onde se chegam a registar índices assustadores e quase únicos no mundo de uma morte por cada quatro acidentes;

Considerando a persistência em Portugal de uma estranha doutrina jurisprudencial sistematicamente desculpabilizante dos homicídios e demais crimes cometidos nas rodovias;

Considerando que o Estado persiste em não transferir para políticas de educação, prevenção e segurança e para exigências de projecto e construção internacionalmente convencionadas investimentos proporcionais aos prejuízos financeiros que tem suportado com a enorme sinistralidade rodoviária registada;

Considerando a inexistência de uma disciplina de educação cívica, ou mesmo de educação rodoviária, nas escolas portuguesas;

Considerando, no domínio específico da segurança infantil, a persistência de uma deficiente sensibilização, fiscalização e punição dos comportamentos dos automobilistas atentatórios dessa segurança;

Considerando a falta de planeamento, deficiente execução e inexistente controle das sinalizações protectoras dos peões que com inusitada frequência se verificam nas vias urbanas do nosso país;

Considerando a ineficácia das parcas campanhas de sensibilização levadas a cabo, bem como o importantíssimo papel que neste domínio poderiam desempenhar as televisões, rádios e jornais, quer de âmbito nacional quer de âmbito local;

Considerando o inaceitável sentimento colectivo, da sociedade e do seu governo, de aceitação e resignação deste "triste fado";

Considerando que as causas deste gravíssimo problema nacional estão identificadas e que se conhecem, designadamente das experiências de outros países, formas concretas e válidas para o seu combate, que não têm sido implementadas;

Considerando que todo o modelo de prevenção e de execução de planos de segurança rodoviária se tem saldado numa infeliz ineficácia que todas as estatísticas demonstram, cabendo quase exclusivamente à maior segurança dos veículos a ligeira diminuição do número de mortes oficialmente declarado;

Considerando, por fim,

que a dimensão desta tragédia não mais deveria continuar escondida nos corações de quem toda a vida chorará as suas perdas

que "todos somos responsáveis por tudo perante todos" (Crime e Castigo, Fiodor Dostoievsky) e que não mais se justifica este alheamento e este complacente convívio com a impunidade

que os grandes problemas reclamam soluções especiais

apelam em comum as Associações Cívicas signatárias a toda a Sociedade Portuguesa, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os Governantes, Governadores Cívicos e Responsáveis Directivos e Executivos da Administração Central, Autónoma e Local, aos Senhores Conselheiros de Estado, aos Senhores Líderes de todos os Partidos, aos Senhores Deputados do Parlamento Europeu, da Assembleia da República, das Assembleias Legislativas Regionais e das Assembleias Municipais, aos Senhores Magistrados, ao Senhor Procurador-Geral da República, ao Senhor Provedor de Justiça, a todos os Responsáveis das Forças de Defesa e Segurança, a todos os Senhores Reitores das Universidades e Institutos de Ensino Superior e Politécnico Portugueses, a todos os Senhores Directores Executivos das Escolas Profissionais, do Ensino Pré-primário, Primário, Básico e Secundário de Portugal, à Conferência Episcopal Portuguesa, Bispos Diocesanos e todas as demais Entidades de todas as Religiões professadas em Portugal, e a todos os Órgãos de Comunicação Social

que se proceda a uma Revolução da nossa mentalidade colectiva que a todos questione, a todos ponha em causa, a todos responsabilize, a todos chame a participar, a todos apele a mudar, a todos exija decisões:

de tal modo que as medidas e soluções especiais que urge adoptar, ao nível da educação, da prevenção, da formação, da projecção, construção, sinalização, conservação e fiscalização e da responsabilização possam ser implementadas,

de tal modo que todos as aceitemos,

de tal modo que todos saibamos admitir que é necessário eliminar a impunidade, falsos direitos e errados comportamentos,

de tal modo que todos vivamos em paz nas estradas e ruas de Portugal

de tal modo que todos possamos passar a ter orgulho em todos nós

de tal modo que todos possamos ter mais esperança no futuro dos nossos filhos, em memória de todos os filhos e de todo o futuro que já perdemos.